

Conceptual paper

Antecedentes da intenção de praticar Voluntariado Jovem: proposta de modelo concetual

Submitted in 3, September 2018

Accepted in 30, November 2018

Evaluated by a double blind review system

ISABEL ARDIONS¹
MARTA QUINTA²
PAULO GONÇALVES³
MADALENA ABREU⁴

Resumo

Propósito: O objetivo geral deste trabalho é propor um modelo concetual, suscetível de permitir investigar possíveis relações e antecedentes da intenção de praticar Voluntariado.

Metodologia: Identificar um modelo teórico, suportado pela revisão bibliográfica obre determinadas variáveis latentes.

Originalidade: O estudo do Voluntariado para a Sociedade é determinante, pelo potencial de criação de valor social. Por outro lado, é útil investigar um novo modelo de variáveis, a aplicar à realidade portuguesa e uma amostra de jovens, ainda pouco conhecidas, onde urgem maiores contributos teóricos sobre o tema.

Resultados: Avaliar a possibilidade da capacidade preditiva de variáveis independentes e como se poderão (cor)relacionar os construtos estudados, admissíveis de contribuir para obter eventuais resultados originais em estudo de amostra portuguesa.

Implicações: A nível de implicações teóricas o Voluntariado é fundamental na organização da vida pessoal e organizacional, apresentando uma dinâmica constante de evolução, tanto a nível concetual, como na quantidade de voluntários (jovens) que já abrange. Relativamente a implicações práticas, estas poderão permitir inferir recomendações para a gestão, no âmbito do Terceiro Setor.

Limitações: A escolha de um pequeno grupo de variáveis explicativas da intenção de praticar Voluntariado e a utilização de apenas um informante-chave na recolha de opiniões / perceções.

Palavras-chave: Voluntariado jovem; atitude; norma subjetiva; controlo comportamental percebido; objetivo de vida; intenção comportamental.

¹ Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Centro de Estudos Organizacionais e Sociais do Politécnico do Porto (CEOS.PP). E-mail: iardions@iscap.ipp.pt.

² Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. E-mail: martafigueiredo@outlook.com.

³ Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Centro de Estudos Organizacionais e Sociais do Politécnico do Porto (CEOS.PP). E-mail: pjg@iscap.ipp.pt.

⁴ Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra. E-mail: mabreu@iscac.pt.

1. Introdução

Ao longo dos anos tem existido um desenvolvimento exponencial de investigação sobre o Voluntariado e Terceiro Setor, justificado pelo crescimento e efeito dinâmico das organizações sem fins lucrativos. Ambas as conceções são complexas e multidisciplinares, uma vez que englobam uma diversidade de instituições e de comportamentos, originando uma multiplicidade de designações. Nesta perspetiva, a noção de Voluntariado acompanha a constante evolução da Sociedade, daí não existir uma definição clara e precisa da mesma. Contudo, o benefício para com o próximo, de forma livre e desinteressada é uma das características predominantes que parece convergir para uma relativa harmonização dos diferentes conceitos existentes.

No que diz respeito a dados secundários estatísticos conhecidos sobre este tema, a nível nacional, um dos estudos mais completos é sobre "a caracterização do Voluntariado em Portugal" (INE, 2012), e refere que "em 2012, 11,5% da população residente com 15 ou mais anos participou em, pelo menos, uma atividade formal e/ou informal de trabalho voluntário, o que representou quase 1 milhão e 40 mil voluntários" (INE, 2013, p. 3). Comparativamente com outros países da Europa, e de acordo com o mesmo estudo, Portugal surge em antepenúltimo lugar, com uma taxa de Voluntariado de apenas 9%, ao contrário da Holanda, que é o país com a maior taxa de Voluntariado da Europa (57%).

Nos últimos anos os estudos feitos sobre o Voluntariado têm aumentado, de modo considerável, tendo sido desenvolvidos diversos modelos teóricos para o explicar, nos mais diversos contextos (inter)nacionais (Ferreira, Proença & Proença, 2008; Dávila & Díaz-Morales, 2009; Law & Shek, 2009; Butler, Krishnaswami, Rothstein & Cusick, 2011; Sallam, Safizal & Osman, 2015), situação que (re)força o seu valor e interesse investigativos. Existe uma grande vontade em adquirir e criar conhecimento nesta área, porque o Voluntariado é um tema relevante e bastante discutido, desde a sua origem, sendo a sua prática imprescindível e útil, principalmente na sociedade atual. Rego, Zózimo e Correia (2017, p. 93) referem mesmo que o Voluntariado "tem vindo a crescer e a transformar-se, alcançando hoje uma importância que se pode aproximar em muitos casos do trabalho remunerado". Por outro lado, devido às múltiplas crises, económicas e sociais, é essencial ajudar os mais carenciados, de diversas formas. Outro dos fundamentos pertinentes deste estudo está associado ao facto de que, nas últimas décadas, a (tendência de) investigação sobre o Voluntariado, em geral, foi progredindo, nomeadamente, através do contributo, em diferentes contextos, dos investigadores da área das ciências sociais e humanas (Bandeira & Barbedo, 2014). Contudo, a investigação acerca das intenções de praticar Voluntariado, entre os jovens, ainda é considerada escassa.

Neste âmbito, propomos um modelo concetual, pelo qual, se investiga a aplicabilidade da teoria do comportamento planeado à intenção de praticar Voluntariado Jovem em Portugal.

2. Revisão da literatura

2.1. Voluntariado

Existem noções diversas e díspares sobre este tema, descrito como não consensual, nem uniforme, consoante os contextos culturais e as finalidades onde é aplicado (Delicado, Almeida & Ferrão, 2002; Handy & Hustinx, 2009; Angermann & Sittermann, 2010; Agostinho, 2011). Para Bandeira e Barbedo (2014, p. 4) o "Voluntariado é indescritível",

porque cada país tem a sua própria tradição de Voluntariado e existem diferenças significativas entre as formas de Voluntariado (Angermann & Sittermann, 2010). Paralelamente, do ponto de vista organizacional, o termo Voluntariado remete para “um setor de atividade cujas organizações não visam prioritariamente o lucro mas a inclusão social, a representação de interesses, a educação cidadã, entre outros objetivos” (Rego et al., 2017, p.76).

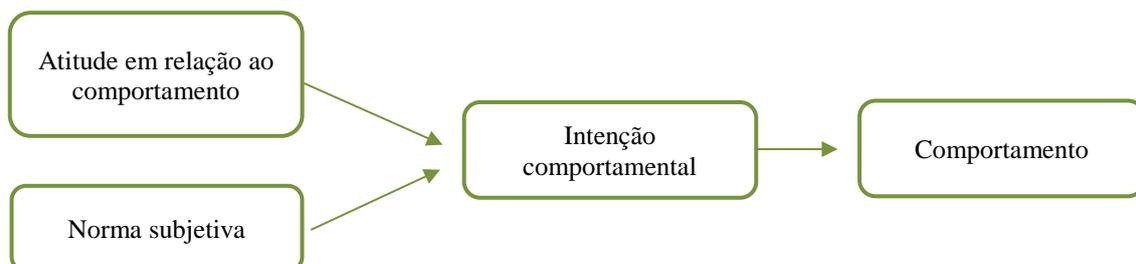
Existem, portanto, várias concepções de Voluntariado, nacionais e internacionais, que permitem, de certo modo, compreender este conceito polifacetado. Por exemplo, no Diário da República Portuguesa - Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, artigo 2.º, n.º 1 (1998), o Voluntariado é definido como o “conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas”. Por sua vez, a Comissão Europeia (2011), criou um conceito de Voluntariado mais abrangente e atual, como resposta às exigências da Sociedade do século XXI, onde “designa todas as formas de atividade voluntária, formal ou informal. Os voluntários agem de sua livre vontade, segundo as suas próprias escolhas e motivações, não procurando obter qualquer recompensa financeira. O Voluntariado é uma viagem de solidariedade e é uma forma dos indivíduos e das associações identificarem e responderem às necessidades e aos problemas humanos, sociais ou ambientais. Normalmente, é praticado com o apoio de uma organização, sem fins lucrativos, ou de uma iniciativa de uma comunidade”.

Estas definições evidenciam já a evolução concetual de Voluntariado, particularmente, quando se destaca o papel do voluntário e se aborda que o Voluntariado é, também, uma forma de responder aos problemas sociais e ambientais do mundo, tema tão debatido na Sociedade atual e vindoura, assumindo os jovens um papel determinante na construção desta.

2.2. Teoria da Ação Racional

Para Ajzen e Fishbein (1975, 1980), a Teoria do Comportamento Planeado é uma ampliação da Teoria da Ação Racional. Esta última, introduzida por Martin Fishbein, em 1967, e desenvolvida por Ajzen e Fishbein, no princípio de 1970 (Roazzi et al., 2014), pressupõe que a intenção ou a motivação das pessoas é um fator determinante no seu comportamento (Downs & Hausenblas, 2005), sendo influenciada pela atitude das pessoas e pela norma subjetiva. A Figura 1 clarifica que a atitude (em relação ao comportamento) e a norma subjetiva são precedentes da intenção comportamental de um indivíduo e esta, por sua vez, gera o comportamento.

Figura 1. Teoria da Ação Racional



Fonte: Ajzen e Fishbein (1975, 1980), adaptado de Albarracin, Johnson, Fishbein e Muellerleile (2001).

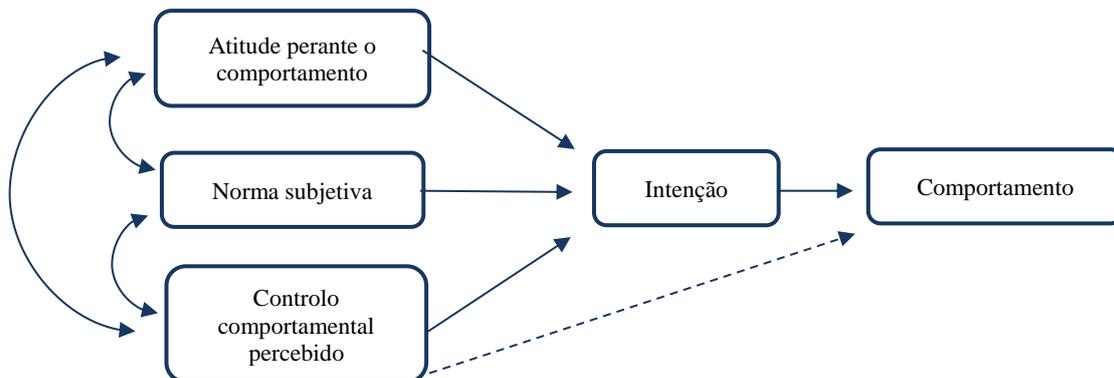
A Teoria da Ação Racional presume que o ser humano faz escolhas de forma racional, com base nas informações disponíveis existentes, conseguindo avaliar as implicações das suas ações, aquando do processo de tomada de decisão (Ajzen & Fishbein, 1980; Benevene, et al., 2018). Assim, a Teoria da Ação Racional pressupõe duas variáveis: atitude em relação ao comportamento e norma subjetiva. A primeira traduz-se no envolvimento das pessoas num determinado comportamento, quando têm uma intenção. Já a norma subjetiva, diz respeito à avaliação positiva do comportamento e à crença de que as pessoas que rodeiam um indivíduo aprovam o seu empenho nesse comportamento (Roazzi et al., 2014).

2.3. Teoria do Comportamento Planeado

A Teoria do Comportamento Planeado foi desenvolvida por Ajzen, em 1985, sendo uma extensão da Teoria da Ação Racional (Ajzen & Fishbein, 1975, 1980; Silva et al., 2014). Consiste num modelo psicológico social, bem-sucedido, utilizado para prever uma grande variedade de comportamentos de saúde e intenções de um indivíduo, num determinado tempo e espaço (Zhou et al., 2015). Tal como na teoria descrita no ponto anterior, o fator central da Teoria do Comportamento Planeado é a intenção individual para realizar determinado comportamento (Ajzen, 1991). Este traduz a transição da intenção para a ação, entre um indivíduo com o ambiente que o rodeia, incluindo os aspetos físico, mental e social em dar uma resposta a uma determinada situação (Roazzi et al., 2014; Silva et al., 2014).

A Figura 2 descreve o modelo da Teoria do Comportamento Planeado, o qual presume que o comportamento humano se baseia em três conceitos: atitude, norma subjetiva e controlo comportamental percebido.

Figura 2. Teoria do Comportamento Planeado



Fonte: Adaptado de Ajzen (1991).

2.3.1 A atitude em relação ao comportamento

No campo da psicologia social surgiram diversas conceções de atitude, e de acordo com Roazzi et al. (2014), sendo o psicólogo Herbert Spencer, em 1862, o primeiro a empregar o termo, referindo-se à atitude da mente (que era tomada pelo indivíduo quando este se deparava com contradições). Mais tarde, outros psicólogos estudaram este conceito, em diferentes perspetivas, mas, apenas em 1931, Thurstone definiu a atitude “como o afeto

pró ou contra um objeto psicológico, que varia de um polo positivo a outro negativo, de um favorável a outro desfavorável” (Roazzi et al., 2014, p. 176).

Por outras palavras, a atitude é a percepção que o indivíduo tem sobre as vantagens e as desvantagens, as consequências e a importância destas em relação a um determinado comportamento (Matos & Sardinha, 1999; Tommasetti, Singer, Troisi & Maione, 2018). Para além disso, quanto mais favorável for a atitude em relação a um objeto, maior será a sua intenção em relação a ele (Ajzen & Fishbein, 1980).

Nesta conformidade, Zanitelli (2010) definiu a atitude como sendo a forma como um determinado comportamento é avaliado pelo indivíduo, sendo aquele pessoal, ou seja, diz respeito ao indivíduo, a si, e a mais ninguém, independentemente do que os outros possam pensar (Ajzen, 2005; Zanitelli, 2010).

2.3.2 A norma subjetiva

Do ponto de vista da Teoria da Ação Racional, a norma subjetiva é o segundo indicador mais importante na determinação da intenção comportamental (Roazzi et al., 2014). Refere-se à percepção do indivíduo em relação à pressão social exercida sobre o próprio, para que se realize ou não um determinado comportamento (Ajzen, 1991; Liu et al., 2018). Dessa forma, quanto mais um indivíduo percebe, que quem lhe é próximo, pensa que este deve executar determinado comportamento, maior propensão existirá na intenção de o realizar (Moutinho & Roazzi, 2010). Por outras palavras, a norma subjetiva representa a importância que uma pessoa tem num grupo, podendo este aprovar ou reprová-lo um comportamento (Araújo & Loureiro, 2014; Zhou et al., 2015).

Com base neste indicador, Veloso (2005) exemplificou a influência que as pessoas mais próximas de um indivíduo têm perante a tomada de decisão de um comportamento. Em concreto, se um indivíduo acredita que a sua namorada pretende que ele seja saudável e este, por sua vez, valoriza a opinião dela, a norma subjetiva para praticar exercício físico será elevada, afetando positivamente a sua intenção.

Para além disso, a definição de norma subjetiva é caracterizada, também, pelas influências conduzidas pela cultura, nomeadamente, no que diz respeito às crenças e valores provenientes da Sociedade (Silva et al., 2014).

2.3.3 O controlo comportamental percebido

O controlo comportamental percebido é a percepção de um indivíduo sobre a sua capacidade para realizar um determinado comportamento (Zanitelli, 2010). A percepção/crença individual traduz-se na presença de fatores, positivos ou negativos, os quais podem facilitar ou dificultar a realização de um comportamento (Matos, Veiga & Lima, 2008; Zanitelli, 2010).

Silva et al. (2014) reconhecem o controlo comportamental percebido como sendo um forte precedente do comportamento, motivação e da aprendizagem de um indivíduo. Esse reconhecimento do controlo comportamental percebido, reflete, de facto, a sua importância, uma vez que se distingue dos restantes indicadores 1) porque é o indicador que diferencia a Teoria do Comportamento Planeado da sua teoria antecedente e que influencia, individualmente, tanto a intenção, como o comportamento real, sendo que este último se distingue do controlo comportamental percebido, uma vez que não se baseia na percepção de um indivíduo (Tommasetti et al., 2018); 2) porque não é apenas um antecedente da intenção, tal como os outros indicadores, mas, também, é um antecedente

do comportamento (ver Figura 2). Neste sentido, o controlo comportamental percebido é antecedente da intenção, porque quando uma “pessoa acredita que lhe faltam recursos, capacidades, ou se está sob influência de fatores alheios à sua vontade, é pouco provável que desenvolva fortes intenções de efetivar o comportamento” (Monteiro & Veiga, 2006, p. 3). Similarmente, este indicador é também antecedente do comportamento porque, segundo aqueles autores, se uma pessoa tenciona realizar um comportamento, pode não ser capaz de o fazer, devido à falta de controlo voluntário sobre o mesmo. Por essa razão, Zanitelli (2010) considera que a Teoria do Comportamento Planeado, por englobar este indicador, tem a vantagem de o poder aplicar a comportamentos que não estejam sob o controlo total do indivíduo como, por exemplo, perder peso devido a um problema de saúde. Todavia, e segundo o mesmo autor, quanto mais o indivíduo perceba que o comportamento está sob o seu controlo, maior é a probabilidade de o querer praticar.

2.3.4 A intenção comportamental

A intenção comportamental é constituída por três componentes, já descritas anteriormente, nomeadamente, a atitude, norma subjetiva e o controlo comportamental percebido. Traduz a indicação de quanto esforço deve ser utilizado para realizar um comportamento (Matos et al., 2008). De acordo com Monteiro e Veiga (2006), quanto mais benéficas forem a atitude e a norma subjetiva, maior será o controlo comportamental percebido e, conseqüentemente, maior deverá ser a intenção de realizar um determinado comportamento.

Assim, a intenção comportamental é considerada um antecedente imediato do comportamento. Isto, porque, uma vez que existe um suficiente grau de controlo do comportamento, isto faz com que as pessoas propendam para realizar as suas intenções, quando as oportunidades, como o tempo, o dinheiro ou as competências aparecem (Monteiro & Veiga, 2006; Araújo & Loureiro, 2014). Por outras palavras, a intenção comportamental, aliada ao controlo comportamental percebido, formam o comportamento humano (Zanitelli, 2010).

2.3.5 O comportamento humano

De acordo com Ajzen (2002), o comportamento humano é guiado por três tipos de crenças: 1) crenças comportamentais, 2) crenças normativas e 3) crenças de controlo. Assim, as crenças comportamentais são crenças sobre as consequências prováveis de um comportamento, pelo que produzem uma atitude favorável ou desfavorável em relação ao comportamento (Ajzen, 2002). As crenças normativas referem-se às expectativas normativas de terceiros, ou seja, resultam da pressão social/norma subjetiva. Já as crenças de controlo dizem respeito à presença de fatores que podem facilitar ou dificultar o desempenho de um comportamento. Nesta conformidade, cada uma dessas crenças corresponde, respetivamente, à atitude, norma subjetiva e controlo comportamental percebido, constituindo, assim, a intenção comportamental (Ajzen, 2002).

2.4. O objetivo de vida

Relativamente à conceção em análise, existe uma diversidade de conceitos, teorias e opiniões, uma vez que foi e é estudada na literatura por diversos autores, tratando-se de dois assuntos bastante complexos: o ser humano e a vida.

Pinquart, Silbereisen e Frohlich (2009), definiram o objetivo de vida como a percepção de que a vida é útil e que se pode encontrar a satisfação na rotina diária. Paralelamente, ter um objetivo de vida de auto-organização e definição de metas, proporciona uma sensação que a vida tem sentido, para além de que são fatores associados a um indivíduo saudável, física e psicologicamente (McKnight & Kashdan, 2009; Sumner, 2016). Strecher (2016), Chun, Heo, Lee e Kim (2016), demonstraram que as pessoas com um forte objetivo de vida vivem, em média, muito mais do que aqueles que não têm.

Por sua vez, o sentido pessoal é definido como “o conhecimento da ordem, a coerência e a crença de apenas uma existência, a procura e obtenção de objetivos, o valor e uma sensação de acompanhamento e realização” (Reker & Wong, 1988, p. 221).

Para Reker e Wong (1988), a estrutura hipotética do sentido pessoal pode ser representada sob a forma de um triângulo (Figura 3), a qual engloba as três componentes afetiva, cognitiva e motivacional. A cada dimensão estão associados conceitos como: satisfação, realização e felicidade (afetiva); valores, necessidades e objetivos (motivacional); e crenças, interpretação e compreensão (cognitiva). As setas contínuas representam a direção da influência e as setas tracejadas representam o *feedback* dessa influência. Neste âmbito, segundo Reker e Wong (1988), a componente cognitiva serve como pedra angular, ou seja, como o alicerce para essa estrutura.

Figura 3. Estrutura de sentido pessoal



Fonte: Adaptado de Reker e Wong (1988).

De facto, pela disposição das setas (influência) percebe-se que as mesmas se iniciam na componente cognitiva, influenciando as restantes componentes, sendo o ‘ponto de encontro’ do *feedback*, igualmente, essa componente.

A diferença entre os termos sentido e objetivo, prende-se com o facto de aquele se refere ao bom senso, à coerência, enquanto o objetivo diz respeito às intenções e funções (Law & Shek, 2009). Estes autores referem que no campo da psicologia existencial, esses termos são usados alternadamente, não havendo um termo mais correto. No entanto, considerou-se que se utilizaria, maioritariamente, o termo “objetivo de vida”, para este estudo, porque é o mais utilizado em Portugal, tanto na linguagem escrita, como na oral. Mesmo que a denominação objetivo seja utilizada, em muitos casos (Reker & Peacock, 1981; Aghababaei, et. al, 2015) como sinónimos de sentido, quando se analisam os termos em separado, percebe-se que o objetivo se refere, especificamente, ao facto de um indivíduo ter um sentido de direção na vida e metas orientadas para o futuro (Ryff, 1989; Martela & Steger, 2016). Pelo contrário, os termos sentido e propósito não foram os escolhidos porque remetem para questões filosóficas e religiosas, relacionadas com o

significado da existência humana (Aghababaei, et. al, 2015), e não é o que se pretende neste trabalho.

Reker e Wong (1988) definiram sentido pessoal, utilizando diversos termos que exemplificam as componentes afetiva, motivacional e cognitiva, descritas anteriormente. Por outro lado, Law e Shek (2009), afirmam que o objetivo de vida serve como indicador para a qualidade de vida. Por exemplo, se um indivíduo tiver um elevado nível de objetivo de vida, tende a ter um sentido de direção, missão e coerência, na sua vida. Apesar de parecerem distintas, as definições vão ao encontro uma da outra, porque se um indivíduo tiver um elevado nível de objetivo de vida, tenderá a preencher as sensações de cada uma das componentes descritas na Figura 3.

Daqui pode depreender-se que o objetivo de vida não é apenas ser feliz, existindo outros fatores que são a base para o objetivo de vida de cada pessoa, variando consoante cada um. Contudo, verifica-se que a procura por um objetivo de vida é um “fenómeno universal” (Law & Shek, 2009, p. 856).

2.5. O comportamento pró-social

Na psicologia social este tipo de comportamento é originalmente conhecido como altruísmo, por ser uma das formas que o constitui. No entanto, ambos os termos são distintos. Nesse sentido, o comportamento pró-social é “qualquer ato executado com o objetivo de beneficiar alguém” (Rodrigues, Assmar & Jablonski, 2009, p. 228), com ações, tais como ajudar, partilhar, cooperar e confortar (Laghi, Lonigro, Baumgartner & Baiocco, 2018).

Law e Shek (2009) concluem que as pessoas com um elevado nível de objetivo de vida, tendem a concentrarem-se em valores transcendentais e na atenção às necessidades de outras pessoas, em vez de se concentrarem nas suas próprias necessidades. Por outras palavras, as pessoas têm a tendência a preocupar-se mais com os outros do que com elas próprias. Para além disso, o objetivo de vida está positivamente relacionado com o comportamento pró-social, principalmente entre os jovens, que normalmente têm um comportamento altruísta maior do que os adultos (Law & Shek, 2009). Por sua vez, as crianças, entre 3 e 4 anos, são o grupo com mais comportamentos pró-sociais (Eisenberg et al., 1996; Rodrigues et al., 2009).

2.6. Antecedentes da intenção de praticar Voluntariado Jovem em Portugal - modelo concetual

O objetivo geral desta investigação é propor um modelo concetual, pelo qual se relacionam e analisam possíveis antecedentes da intenção de praticar Voluntariado, entre uma amostra de jovens portugueses, uma vez que a investigação acerca das intenções de praticar Voluntariado, entre os jovens, ainda é considerada escassa em Portugal. Para além disso, os jovens têm uma importância significativa no fenómeno do Voluntariado e, conseqüentemente, na Sociedade.

Assim, de forma a criar valor social e dar originalidade a este trabalho, propomos um novo modelo de investigação, utilizando, no contexto da Teoria do Comportamento Planeado, uma nova variável, a qual já foi descrita, na literatura, anteriormente: o objetivo de vida. Assim, com base nos modelos de estudo de Sallam, Safizal e Osman (2015), sobre os fatores determinantes da intenção de praticar Voluntariado, entre estudantes universitários malaios, e de Law e Shek (2009), sobre as crenças da intenção de praticar

Voluntariado, comportamento e objetivo de vida entre os adolescentes chineses em Hong Kong.

Desta forma, formulam-se um conjunto de hipóteses que procuram responder à questão subjacente ao problema geral desta investigação: será que a atitude, a norma subjetiva, o controlo comportamental percebido e o objetivo de vida, poderão constituir antecedentes da intenção de praticar Voluntariado?

As hipóteses decorrem da teoria, quando o investigador pretende verificar proposições teóricas, suscetíveis de terem uma influência ou um efeito sobre a prática (Fortin, 2000). Para Welman, Kruger e Mitchel (2005, p. 12) uma hipótese é uma “suposição provisória ou declaração preliminar, sobre a relação entre duas ou mais coisas que precisam de ser examinadas”.

Neste sentido é pertinente perceber quais as hipóteses e respetivas variáveis desenvolvidas e propostas no âmbito deste estudo.

Para Matos e Sardinha (1999), a atitude é a perceção que o indivíduo tem sobre as vantagens e as desvantagens, as consequências e a importância destas em relação a um determinado comportamento. Segundo Stran et al. (2016), a atitude traduz-se em crenças de um indivíduo, positivas ou negativas, com o objetivo de realizar um comportamento. Quanto mais favorável for a atitude em relação a um objeto, maior será a sua intenção em relação a ele (Ajzen & Fishbein, 1980). De acordo com Monteiro e Veiga (2006), quanto mais benéfica for a atitude, maior deverá ser a intenção de realizar um comportamento.

Para Bussel e Forbes (2002), o Voluntariado é a ação única ou atividade contínua e sistemática, na qual, o indivíduo acaba por criar uma carreira que se desenvolve em torno da oferta das suas competências, conhecimentos e experiências, em prol das organizações e daqueles que delas beneficiam. Atualmente, os jovens são sensibilizados a ter uma participação mais ativa na Sociedade, através de encontros, jornadas, etc.. Com este tipo de experiências, os jovens podem obter mais conhecimentos e competências, ferramentas úteis para os seus percursos profissionais. Para além disso, e tal como reforçam Niebuur, Lente, Liebroer, Steverink e Smidt (2018), os jovens estão mais predispostos a praticar Voluntariado do que os adultos e idosos.

Face ao exposto, anteriormente, propomos a seguinte hipótese de investigação:

Hipótese 1: a atitude tem influência significativa e positiva na intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses.

Segundo Ajzen (1991), a norma subjetiva refere-se à perceção do indivíduo em relação à pressão social exercida sobre o próprio, para que se realize, ou não, um determinado comportamento. Segundo a Teoria da Ação Racional, se um indivíduo percebe que quem lhe é próximo pretende que ele deva executar determinado comportamento, maior propensão existirá na intenção de o realizar (Moutinho & Roazzi, 2010).

Ou seja, a norma subjetiva refere-se à perceção de saber se as pessoas importantes na vida de um indivíduo aprovam ou desaprovam um comportamento (Stran et al., 2016). De acordo com Monteiro e Veiga (2006), quanto mais benéfica for a norma subjetiva, maior deverá ser a intenção de realizar um comportamento. Assim, propomos a segunda hipótese operacional:

Hipótese 2: a norma subjetiva tem influência significativa e positiva na intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses.

Para Zanitelli (2010), o controlo comportamental percebido é definido como a perceção de um indivíduo sobre a sua capacidade para realizar um determinado comportamento. De acordo com Stran et al. (2016), o controlo comportamental percebido é determinado pela crença de controlo, bem como, o poder percebido sobre o comportamento. Quanto mais o indivíduo percebe que o comportamento está sob o seu controlo, maior é a probabilidade de o querer praticar. A perceção/crença individual traduz-se na presença de fatores, positivos ou negativos, os quais, podem facilitar ou dificultar a realização do comportamento (Matos, Veiga & Lima, 2008; Zanitelli, 2010). Para além disso, quanto mais benéficas forem a atitude e a norma subjetiva, maior será o controlo comportamental percebido e, conseqüentemente, maior deverá ser a intenção de realizar um determinado comportamento (Monteiro & Veiga, 2006). Formula-se, então, a terceira hipótese.

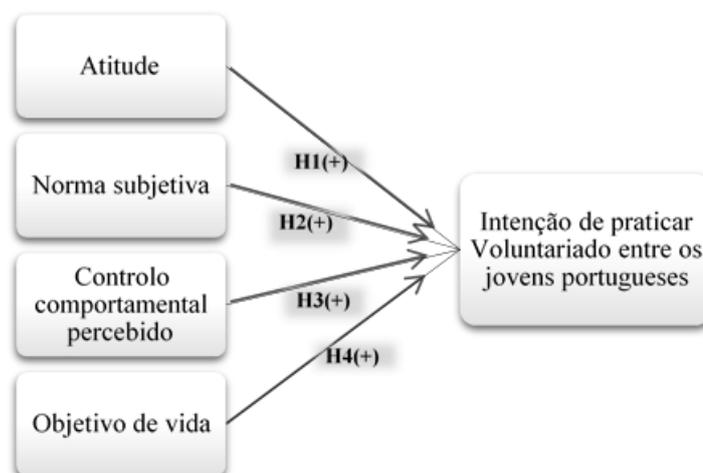
Hipótese 3: o controlo comportamental percebido tem influência significativa e positiva na intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses.

Para Pinguart, Silbereisen e Frohlich (2009), o objetivo de vida refere-se à perceção que a vida é útil e que se pode encontrar a satisfação na rotina diária. Similarmente, ter um objetivo de vida de auto-organização e definição de metas, proporciona uma sensação que a vida tem sentido, para além de constituir fatores associados a um indivíduo saudável, física e psicologicamente (McKnight & Kashdan, 2009; Sumner, 2016). Por exemplo, se um indivíduo tiver um elevado nível de objetivo de vida, tende a ter um sentido de direção, missão e coerência, na sua vida, o que poderá passar por ponderar praticar Voluntariado. Deste modo, propomos a última hipótese:

Hipótese 4: o objetivo de vida tem influência significativa e positiva na intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses.

Assim, apresenta-se o modelo proposto (Figura 4), respeitando uma estrutura formal das relações previstas, com base nos estudos de Sallam, Safizal e Osman (2015) e de Law e Shek (2009), através de relações diretas entre as variáveis: atitude, norma subjetiva, controlo comportamental percebido e objetivo de vida, com a intenção de praticar Voluntariado.

Figura 4. Modelo de estudo proposto



Fonte: Elaboração própria, com base em Sallam, Safizal e Osman (2015) e de Law e Shek (2009).

3. Conclusões

Este trabalho procura contribuir para a criação de um modelo de relações, a validar em estudo empírico futuro na área do Voluntariado Jovem, particularmente, ao investigar a aplicabilidade da teoria do comportamento planeado à intenção de praticar Voluntariado em Portugal.

A problemática do Voluntariado não tem uma definição precisa na literatura, tendo uma abordagem multidimensional. Aliás, a sua evolução concetual ao longo dos anos, para responder às (novas) necessidades e transformação da Sociedade no Século XXI, evidenciam a dinâmica e a amplitude do Voluntariado, evitando que este permaneça estanque. Deste progresso, destacam-se os benefícios que o Voluntariado pode proporcionar, tanto na ajuda ao próximo, como ao próprio voluntário.

As investigações da aplicabilidade da Teoria do Comportamento Planeado à intenção de praticar Voluntariado em Portugal, são essenciais para perceber em que consiste, na globalidade, a Teoria do Comportamento Planeado. Primeiro, verificámos que esta é uma extensão da Teoria da Ação Racional, em termos de evolução concetual, envolvendo três precedentes: a atitude em relação ao comportamento, a norma subjetiva e o controlo comportamental percebido.

Nesse sentido, foram descritas cada uma das variáveis: 1) a atitude é o afeto pró ou contra um objeto psicológico, que varia de um polo positivo a outro negativo, de um favorável a outro desfavorável (Roazzi et al., 2014); 2) a norma subjetiva é a perceção do indivíduo em relação à pressão social exercida sobre o próprio, para que se realize ou não um determinado comportamento (Ajzen, 1991); 3) e o controlo comportamental percebido é a perceção de um indivíduo sobre a sua capacidade para realizar um determinado comportamento.

Para além disso, foi proposto como um possível antecedente da intenção, o objetivo de vida, o qual traduz o conhecimento da ordem, a coerência e a crença de apenas uma existência, a procura e obtenção de objetivos, o valor e uma sensação de acompanhamento e realização, podendo ser, igualmente, definido como o sentido de direção na vida e metas orientadas para o futuro (Reker & Wong, 1988; Ryff, 1989; Martela & Steger, 2016).

É neste contexto que este estudo se insere, pois, sendo o Voluntariado Jovem uma temática ainda pouco investigada, carece de novas pesquisas, para compreender o seu conceito, evolução, utilidade e contributo na Sociedade atual, porque os jovens de hoje serão o futuro de amanhã.

As implicações teóricas do estudo incidem na formulação de um modelo teórico concetual que permita compreender, reflexivamente, a relação entre antecedentes da intenção de praticar Voluntariado com a intenção de o praticar, entre os jovens portugueses. Paralelamente, contribui para sistematizar uma nova visão, assente numa abordagem relacional, multidimensional e multidisciplinar do fenómeno a estudar, em contexto de Voluntariado Jovem.

Para além disso, com este estudo pretendemos contribuir na formulação e implementação de estratégias para uma melhor tomada de decisões, por parte da área da gestão, em contribuir para a sua melhor compreensão e auxílio na formulação de programas de Voluntariado que cativem os jovens, destacando as vantagens que estes poderão ter a nível pessoal e profissional, se se tornarem voluntários. É igualmente importante apoiar a área da gestão no recrutamento de voluntários, o qual é um processo que poderá ser simplificado, se os mesmos reunirem um conjunto de fatores, tais como estatuto socioeconómico, ser casado, ter uma vasta rede de *networking* e frequentar a igreja

(Niebuur et al., 2018; Klug, Toner, Fabisch & Priebe, 2018; Koutrou, 2018), estes como objetivo de vida.

Considerámos que a escolha de um pequeno grupo de variáveis explicativas da intenção de praticar Voluntariado e a utilização de apenas um informante-chave na recolha de opiniões/perceções constituem limitações deste trabalho. Outra das limitações foi a escassa investigação, nacional e internacional, acerca das intenções de praticar Voluntariado, entre os jovens, a qual não nos permitiu fazer comparações mais críticas de anteriores modelos concetuais propostos.

Assim, o modelo proposto, através da definição das variáveis descritas neste estudo, constitui um contributo para o estudo do Voluntariado Jovem, em especial, pela identificação de possíveis antecedentes da intenção de o praticar.

Deste modo, estão criadas as condições teóricas para analisar as relações propostas do estudo.

Em termos de sugestões para investigação futura propomos a validação empírica do modelo, de acordo com o instrumento de medida desenvolvido. Sugerimos também a introdução de outras variáveis latentes ao modelo concetual proposto, como a religião, motivações, ética e altruísmo, as quais, podem ser estudadas como variáveis independentes ou mediadoras da intenção de praticar Voluntariado, entre os jovens portugueses.

Referências bibliográficas

- Aghababaei, N., Sohrabi, F., Eskandari, H., Borjali, A., Farrokhi, N., & Job, Z. (2015). Predicting subjective well-being by religious and scientific attitudes with hope, purpose in life, and death anxiety as mediators. *PAID*, 90, 93–98. Recuperado em junho 4, 2018, de <http://doi.org/10.1016/j.paid.2015.10.046>
- Agostinho, D. (2011) “Voluntariado: uma abordagem às motivações dos voluntários do Banco Alimentar”. Dissertação de Mestrado. Universidade da Beira interior.
- Ajzen, I. & Fishbein, M. (1980). Understanding attitudes and predicting social behavior. *Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall*.
- Ajzen, I. (1991). The Theory of Planned Behavior. *Organizational behavior and human decision processes*, 179-211.
- Ajzen, I. (2002). Residual effects of past on later behavior: habituation and reasoned action perspectives. *Personality and Social Psychology Review*, 6, 2, 107-122, 2002.
- Ajzen, I. (2005). Attitudes, Personality and Behavior (Second Edition). *Open University Press*, 1-178.
- Albarracín, D., Johnson, B. T., Fishbein, M., & Muellerleile, P. A. (2001). Theories of Reasoned Action and Planned Behavior as Models of Condom Use: A Meta-Analysis. *Psychological Bulletin*, 127(1), 142–161. Recuperado em junho 3, 2018, de <http://doi.org/10.1037//0033-2909.127.1.142>
- Angermann, A. & Sittermann, B. (2010). Volunteering in the European Union - An Overview. *Observatory for Sociopolitical Developments in Europe*, 2(18).

Recuperado em maio 24, 2018, de http://www.sociopolitical-observatory.eu/fileadmin/user_upload/Dateien/Veroeffentlichungen/Working_Papier_no_2_Observatory_Volunteering_in_the_EU_Overview.pdf

Araújo, C. M. & Loureiro, S. M. (2014). O efeito da norma subjetiva, percepção de controlo, atitude e experiência passada na intenção de compra de marcas de roupa de luxo no Brasil. *Tourism & Management Studies*, 10, 103-110

Bandeira, A. M. & Barbedo, P. (2014). O voluntariado como instrumento de desenvolvimento social e económico. *ISCAP - Contabilidade - Comunicações Em Eventos Científicos*, 1–15. Recuperado em junho 2, 2018, de <http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/5139/1/O%20VOLUNTARIADO%20-%20Ana%20Bandeira%20%26%20Patricia%20Barbedo%20-%20CIRIEC.pdf>

Benevene P., Dal Corso L., De Carlo A., Falco A., Carluccio F., & Vecina M. L. (2018). Ethical Leadership as Antecedent of Job Satisfaction, Affective Organizational Commitment and Intention to Stay Among Volunteers of Non-profit Organizations. *Psychol.* 9:2069. doi: 10.3389/fpsyg.2018.02069

Bussell, H. & Forbes, D. (2002). Understanding the volunteer market: The what, where, who and why of volunteering. *International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing*, vol. 7(3), 244-257.

Butler, M. W., Krishnaswami, S., Rothstein, D. H., & Cusick, R. A. (2011). Interest in international surgical volunteerism: results of a survey of members of the American Pediatric Surgical Association. *Journal of Pediatric Surgery*, 46(12), 2244–2249. Recuperado em maio 4, 2018, de <http://doi.org/10.1016/j.jpedsurg.2011.09.008>

Chun, S., Heo, J., Lee, S., & Kim, J. (2016). Leisure-Related Predictors on a Sense of Purpose in Life among Older Adults with Cancer. *Activities, Adaptation & Aging*, 40, 266-280. Recuperado em maio 4, 2018, de <http://doi.org/10.1080/01924788.2016.1199517>

Comissão Europeia (2011). Comunicação sobre as Políticas da UE e o Voluntariado: Reconhecer e Promover as Atividades de Voluntariado Transfronteiras na UE. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões.

Dávila, M. C., & Díaz-Morales, J. F. (2009). Age and motives for volunteering: Further evidence, *Europe's Journal of Psychology*, 2/2009, 82–95.

Delicado, A., Almeida, A. N. & Ferrão, J. (2002). Caracterização do Voluntariado em Portugal. Lisboa: Comissão para o Ano Internacional dos Voluntários.

Downs, D. S., & Hausenblas, H. A. (2005). The Theories of Reasoned Action and Planned Behavior Applied to Exercise: A Meta-analytic Update. *Journal of Physical Activity and Health*, 2, 76–97.

- Eisenberg, N., Fabes, R. A., Karbon, M., Murphy, B. C., Wosinski, M., Polazzi, L. & Juhnke, C. (1996). The Relations of Children's Dispositional Prosocial Behavior to Emotionality, Regulation, and Social Functioning. *Child Development*, 67, 974-992.
- Ferreira, M., Proença T. & Proença, J. F. (2008). As motivações no trabalho voluntário. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 7(3), 43–53. Recuperado em junho 3, 2018, de http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-44642008000300006&script=sci_pdf%5Cnhttp://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-44642008000300006&script=sci_arttext
- Fortin, M. F. (2000). *O Processo de Investigação. Da conceção à realização*. Lusodidacta.
- Handy, F. & Hustinx, L. (2009). The why and how of Volunteering. *Nonprofit Management and Leadership*, vol. 19 (4), 549-550.
- INE, I.P (2013). *Inquérito ao trabalho voluntário 2012*. Destaque – Informação à comunicação social, Lisboa. Recuperado em maio 23, 2018, de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INEexpgid=ine_destaqueSEDESTAQUESdest_boui=157410423eDESTAQUESmodo=2
- Klug, G., Toner, S., Fabisch, K., & Priebe, S. (2018). Characteristics and motivations of volunteers providing one-to-one support for people with mental illness: a survey in Austria. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology* (2018) 53:841–847. <https://doi.org/10.1007/s00127-018-1514-1>
- Koutrou, N. (2018). The Impact of the 2010 Women's Rugby World Cup on Sustained Volunteering in the Rugby Community. *Sustainability* 2018, 10, 1030; doi:10.3390/su10041030
- Laghi, F., Lonigro, A., Baumgartner, E., & Baiocco, R. (2018). What does the intention to be a volunteer for a student with autism predict? The role of cognitive brain types and emotion and behavior characteristics. *Psicología Educativa*, 24, 26-30. <https://doi.org/10.5093/psed2018a7>
- Law, B. M. F., & Shek, D. T. L. (2009). Beliefs about volunteerism, volunteering intention, volunteering behavior, and purpose in life among Chinese adolescents in Hong Kong. *The Scientific World Journal*, 9, 855–865. Recuperado em maio 20, 2018, de <http://doi.org/10.1100/tsw.2009.32>
- Lei n.º 71/98 (1998). Bases do enquadramento jurídico do voluntariado. *Diário da República 1ª Série A*. N.º 254 (98-11-03), 5694-5696.
- Liu, S., Chiang, Y. T., Tseng, C. C., Ng, E., Yeh, G. L., & Fang, W. T (2018). The Theory of Planned Behavior to Predict Protective Behavioral Intentions against PM2.5 in Parents of Young Children from Urban and Rural Beijing, China. *International*

Journal of Environmental Research and Public Health 2018, 15, 2215, doi:10.3390/ijerph15102215

Luís, J. C. (2014). Teoria do comportamento planeado, psicopatia e a intenção de reincidir em crimes contra a propriedade (Dissertação de Mestrado). Universidade do Porto.

Martela, F. & Steger, M. F. (2016). The three meanings of meaning in life: Distinguishing coherence, purpose, and significance. *The Journal of Positive Psychology*, 531-545. Recuperado em junho 2, 2018, de <http://dx.doi.org/10.1080/17439760.2015.1137623>

Matos, M. & Sardinha, S. (1999). Estilos de vida ativos e qualidade de vida. In L. Sardinha, M. Matos & I. Loureiro (Eds.), *Promoção da saúde: Modelos e práticas de intervenção nos âmbitos da atividade física, nutrição e tabagismo*. Lisboa: FMH.

Matos, E.B., Veiga, R. T., & Lima L. C. (2008). A decisão na Teoria do Comportamento Planejado: um estudo da intenção de uso de condons por adolescentes. XXXII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro.

McKnight, P. E., & Kashdan, T. B. (2009). Purpose in life as a system that creates and sustains health and wellbeing: an integrative, testable theory. *Review of General Psychology*, 13, 242–251.

Monteiro, P. R. & Veiga, R. T. (2006). Intenção de Parar de Fumar: Comparação entre Homens e Mulheres segundo a Teoria do Comportamento Planejado. *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, 1-16.

Moutinho, K. & Roazzi, A. (2010). As Teorias da Ação Racional e da Ação Planejada: Relações entre as intenções e comportamentos. *Avaliação Psicológica*, 9(2), 279-287.

Niebuur, J., Lente, L., Liefbroer, A. C., Steverink, N., & Smidt, N. (2018). Determinants of participation in voluntary work: a systematic review and meta-analysis of longitudinal cohort studies. *BMC Public Health* (2018). 18:1213. <https://doi.org/10.1186/s12889-018-6077-2>

Pinquart, M., Silbereisen, R. K., & Fröhlich, C. (2009). Life goals and purpose in life in cancer patients. *Support Care Cancer*, 17, 253–259.

Reker, G. T. & Wong, P. T. (1988). Aging as an individual process: Toward a theory of personal meaning. In J. E. Birren & V. L. Bengston (Eds.), *Emergent theories of aging*, 214–246. New York, NY: Springer

Reker, G. T., & Peacock, E. J. (1981). The Life Attitude Profile (LAP): A multidimensional instrument for assessing attitudes toward life. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 13, 264–273. Recuperado em maio 23, 2018, de <http://doi.org/10.1037/h0081178>

- Rego, R., Zózimo, J. & Correia, M. J. (2017). Voluntariado em Portugal. Do trabalho invisível à validação de competências. *Sociologia, Problemas e Práticas* (2017), 83, pp. 75-97. doi:10.7458/SPP2017836498
- Roazzi, A., Almeida, N. D., Nascimento, A. M., Souza, B. C., Souza, M. G., Roazzi, M. M. (2014). Da Teoria da Ação Racional à Teoria da Ação Planejada: Modelos para explicar e predizer o comportamento. *Revista AMAzônica*, 13, 175-208.
- Rodrigues, A., Assmar, E. M. & Jablonski, B. (2009). Atitudes: conceitos e formação. In A. Rodrigues; E. M. L. Assmar, & B. Jablonski (Orgs.), *Psicologia social*. 21ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ryff, C. (1989). Happiness is everything, or is it? Explorations on the meaning of psychological well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57, 1069–1081.
- Sallam, A. A., Safizal, M., & Osman, A. (2015). The Key Drivers of Volunteering Intention among Undergraduate Malaysian Students – an application of Theory of Planned Behavior. *International Journal of Economics, Commerce and Management*, 3(2), 1-13. Recuperado em maio 23, 2018, de <http://ijecm.co.uk/wp-content/uploads/2015/02/3244.pdf>
- Silva, T. S., Gomide, C. S., Lima, A. A., Júnior, F. F., Roque, D. M, Martins, A. F. (2014). Atitudes, Normas subjetivas e Controle Comportamental Percebido - Uma população universitária em relação ao consumo de água: análise à luz da teoria do comportamento planejado (TPB). *XIV Colóquio internacional de Gestão Universitária – CIGU*, 1-15. Brasil. Recuperado em junho 4, 2018, de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/132165/2014-368.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Stran, K. A., Knol, L. L., Severt, K., & Lawrence, J. C. (2016). College Students' Intentions to Use Calorie Information on a Restaurant Menu: Application of the Theory of Planned Behavior. *American Journal of Health Education*, 47(4), 215-223. Recuperado em junho 7, 2018, de <http://doi.org/10.1080/19325037.2016.1179142>
- Strecher, V. J. (2016). Progress in Pediatric Cardiology On purpose: New directions in life and health. *Progress in Pediatric Cardiology*. Recuperado em junho 6, 2018, de <http://doi.org/10.1016/j.ppedcard.2016.02.002>
- Sumner, R. (2016). More Education, More Purpose in Life? A Comparison of Purpose Across Adults with Different Levels of Education. Recuperado em junho 6, 2018, de <http://doi.org/10.1007/s11482-016-9448-9>
- Thurstone, L. L. (1931). The measurement of social attitudes. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, Vol 26(3), 249-269.

- Tommasetti, A., Singer, P., Troisi, O. & Maione, G. (2018). Extended Theory of Planned Behavior (ETPB): Investigating Customers' Perception of Restaurants' Sustainability by Testing a Structural Equation Model. *Sustainability* 2018, 10, 2580; doi:10.3390/su10072580
- Veloso, S. M. (2005). Determinantes da atividade física dos adolescentes: estudo de uma população escolar do concelho de Oeiras (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho.
- Welman, C., Kruger, F. & Mitchell, B. (2005). *Research Methodology* (3ª ed.). Cidade do Cabo (África do Sul): Oxford University Press.
- Zanitelli, L. M. (2010). Direito e consumo ético: uma comparação entre a análise econômica das normas sociais e a teoria do comportamento planejado, 27–61. Recuperado em maio 23, 2018, de <http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/Artigo2%20Leandro.pdf>
- Zhou, H., Romero, S., & Qin, X. (2015). An extension of the theory of planned behavior to predict pedestrians' violating crossing behavior using structural equation modeling. *Accident Analysis and Prevention*, 95, 417–424. Recuperado em junho 12, 2018, de <http://doi.org/10.1016/j.aap.2015.09.009>